



Formação em Vigilância Popular em Saúde: uma estratégia de comunicação *Learning in Popular Health Surveillance: a communication strategy*

DAMIGO, Luiza Morelli¹; TALGA, Dagmar Olmo²

¹ UFPR Setor Litoral, luiza.damigo@gmail.com; ² Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo - Gwatá/Universidade estadual de Goiás, ddtalga@hotmail.com;

Eixo temático: Comunicação Popular e Agroecologia

Resumo: A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida reúne organizações do campo acadêmico e popular, movimentos sociais, ONGs e pessoas que lutam pela construção de um país mais justo, popular e diverso. Pauta a produção de alimentos sem venenos, a garantia de nossa soberania alimentar e biodiversidade. É uma ação permanente a favor da vida. Traz a denúncia do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil e seus seríssimos riscos à saúde humana e ao meio ambiente, além das negociações escusas entre grandes empresas e o estado, onerando a sociedade civil. Porém, apresenta uma saída viável a este quadro catastrófico que vivemos hoje ao anunciar a agroecologia enquanto possibilidade viável e real de transição dos agroecossistemas, de nossa relação com o alimento que nos nutre e vem do campo e da cidade. Em 2018 a Campanha realizou seu primeiro curso de formação de base e este relato visa compartilhar como foi este processo, a partir das percepções das autoras.

Palavras-Chave: agroecologia; agrotóxicos; campanha permanente; organização popular; movimentos sociais.

Keywords: agroecology; pesticides; permanent campaign; popular organization; social movement.

Contexto

Lançada formalmente em 2011 a partir da inquietação de diversos setores da sociedade civil frente ao crescente uso de agrotóxicos em todo país, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é uma campanha de comunicação. Utilizando diferentes ferramentas e linguagens, alerta a sociedade sobre os sérios conflitos gerados pelo setor ruralista e a disputa de narrativa posta em prática nas últimas décadas. Anuncia também uma alternativa real de mudança ao modelo agrícola vigente, se colocando ao diálogo, à construção coletiva.

Para contar sobre o processo que culminou nessa importante articulação voltamos a 2008, quando o Brasil se torna o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. “Em 2002, a comercialização desses produtos era de 2,7 quilos por hectare. Em 2012, o número chegou a 6,9kg/ha, segundo dados do IBGE (...) E, entre 2000 e 2012 no Brasil, período de maior expansão das áreas de soja e milho transgênicos, esse número cresceu 160%”. (Atlas do Agronegócio, 2018, p. 22)

Este fato se deu por diversos motivos, como a crise mundial do capitalismo que trouxe uma grande insegurança na produção de alimentos, causando uma variação em seus preços. A saída propagandeada por empresas do setor agrícola era



aumentar ainda mais o já intensivo uso de insumos químicos atrelado ao plantio de sementes transgênicas, teoricamente mais resistentes. Dado que sabemos hoje não se confirmar.

Há uma forte disputa de narrativa que vem sendo imposta nas últimas décadas nos meios de comunicação de massa. Um ponto a ser ressaltado neste processo de mudança do modelo agrícola é na reafirmação da palavra “agronegócio” em detrimento da “agricultura”. A institucionalização do *lobby* no Brasil, a partir da formalização da Frente Parlamentar Agropecuária no Congresso Nacional, também em 2008, evidencia este fator.

Existe um sério e perigoso conflito de interesses nessa configuração, pois sabemos do histórico e exorbitante número de latifúndios no país e que, segundo dados recentes, essa concentração fundiária é ainda maior por parlamentares. “Os deputados federais são donos de 43,9 mil hectares de terra, espalhados por treze estados. Os senadores, apesar de serem em menor número – 81 para 513 deputados – respondem por uma área maior. No total, somam 107,8 mil hectares. Os suplentes de senadores, que são escolhidos durante a formação das chapas, concentram outros 37,5 mil hectares.” (De Olho nos Ruralistas, 2019).

Novamente, a disputa de narrativa é necessária e real. Munir as pessoas e suas organizações populares de informação, argumentos e conhecimento é fundamental nesta trajetória. A capilaridade, imposição e recursos do agronegócio só poderá ser combatido com relações de solidariedade, busca por justiça social, denúncia dos conflitos socioambientais e luta por mudança. Seguindo essa estratégia, a Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz realizou, em parceria com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, em 2018, o primeiro Curso de Formação em Agrotóxicos e Saúde: subsídios para Vigilância Popular. Representantes de movimentos sociais e de instituições de ensino, pesquisa e extensão do campo e da cidade de todo país participaram do curso, organizado em duas etapas de imersão.

O objetivo principal foi contribuir com a formação dessas pessoas e, conseqüentemente, de suas organizações, potencializando a construção do conhecimento. Ao compreendermos uma análise mais qualificada da conjuntura é possível desenhar estratégias de comunicação e ação territorial no enfrentamento aos agrotóxicos e fortalecimento da agroecologia.

Descrição da Experiência

Diversos sujeitos do campo e da cidade se mobilizam em torno da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida por acreditar na agroecologia, na reforma agrária popular e nos movimentos por direito à terra. Há os que se preocupam com os alarmantes dados divulgados sobre agrotóxicos e têm buscado uma alimentação saudável e sem venenos. A campanha é permanente pois não cumpre apenas um objetivo específico em uma ação pontual. Em sua organicidade



nutre um diálogo constante com a sociedade civil, pautando “a necessidade de mudança do atual modelo agrícola que produz comida envenenada para um modelo baseado na agricultura camponesa e agroecológica”. (Contra os Agrotóxicos)

Os crescentes casos de problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos, tanto para quem produz quanto para quem consome, atrelados a um maior conhecimento de alternativas viáveis a este modelo, resulta no fortalecimento da organização popular. Com isso, ações que consolidam a incidência política em diversos meios, como formação de base, criação de fóruns e comitês regionais, acesso e contribuição na formulação de políticas públicas e propostas legislativas no âmbito municipal, estadual e nacional.

Partindo da necessidade de apoiar essa (re)organização nos territórios uma parceria entre a Campanha e a Fiocruz possibilitou dois encontros presenciais de uma semana cada ao longo de 2018. Uma turma de 30 pessoas, composta por representantes das cinco regiões do país, de diferentes movimentos sociais trouxe uma diversidade de realidades fundamental para refletirmos, dialogarmos e criarmos estratégias de luta e resistência quando pensamos na extensão territorial e plural que é o Brasil.

A partir de material de estudo, exposições de facilitadoras e facilitadores em cada grande tema (Tabela 1) e trabalho nos núcleos de base e grupos por região do país, pudemos olhar com atenção para as especificidades, semelhanças e diferenças dos territórios e suas lutas.

Análise de Conjuntura

Questão Agrária 1 e 2

Mercado de Agrotóxicos e Agronegócio

Agrotóxicos e Transgênicos

Agrotóxicos e Saúde

Vigilância Popular - estudos de caso

Agroecologia - ciência, movimento e prática

Agroecologia - projeto popular para desenvolvimento do campo

Comunicação - Batalha de ideias

Comunicação - Instrumentos para comunicação contra hegemônica

Tabela 1. Temas apresentados no conteúdo programático do Curso de Formação em Agrotóxicos e Saúde: subsídios para Vigilância Popular

De que forma a luta contra a mineração, a grave violação de direitos humanos e os crimes, como o de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, se assemelham às lutas pela preservação de território ancestral no Mato Grosso, com a invasão de terras indígenas? O que há em comum entre a morte e problemas de saúde de trabalhadoras e trabalhadores, mesmo utilizando os equipamentos de segurança, na Chapada do Apodi, no Ceará, e os alarmantes índices de suicídio e crescentes intoxicações por agrotóxicos nas plantações de fumo no interior do Paraná?

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Como nos organizamos localmente e nacionalmente na luta, preservando a necessidade de cada território e em diálogo com o modelo de desenvolvimento agrário que desejamos construir? Como nos manter seguros e seguras, com nossas famílias vivas e saudáveis?

Beber na água limpa do campesinato e da construção do movimento agroecológico, em profundo diálogo de saberes entre o campo acadêmico e o popular, se vê a saída. “Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam.” (SILIPRANDI, 2015, p.81)

Resultados

A comunicação é um direito humano fundamental, proclamada em 10 de dezembro de 1948 (Assembleia Geral das Nações Unidas, p.10). O reconhecimento de um direito humano à comunicação é mais do que um discurso, é, também, uma proposta de organização da comunicação social. Um direito dessa magnitude possibilita a ampliação da democracia, passando-se da forma representativa para a democracia direta, com a atuação de todos os cidadãos, já que seria possível também que todos participassem na elaboração dos temas que julgassem mais importantes para a vida pública da sociedade. Isso seria uma das conquistas que o reconhecimento desse ideal de comunicação proporcionaria, mas não vivenciamos essa realidade.

Todo esse processo histórico, por sua vez, foi acompanhado pelos discursos hegemônicos que sustentam e dão suporte à concentração da riqueza a poucas pessoas. A comunicação atual privada exemplifica a força destes instrumentos na luta ideológica pelas mentes, o que influencia diretamente no resultado da luta e dos enfrentamentos contra-hegemônicos.

Porém, a partir do fortalecimento das formações diretamente ligadas aos princípios básicos da vida, como os temas apresentados no conteúdo programático do curso, foi possível traçar estratégias comuns contra os agrotóxicos em âmbito regional e nacional. A rearticulação de fóruns e comitês da campanha nas unidades federativas do país, os encontros e cursos de formação, audiências públicas, organização de grupos específicos de estudo em comunicação e mídia foram algumas das ações propostas. Construindo pontes e instrumentos contra-ofensivos ao direito humano a uma vida saudável.



Agradecimentos (opcional)

Agradecemos imensamente as comunidades tradicionais, aos povos originários, quilombolas, raizeiras/os, vazanteiras/os, camponesas/es, atingidas/os por barragens, entre tantas/os outras/os, que resistem. Que estão na linha de frente deste processo destrutivo da biodiversidade, da cultura, da história na mais profunda essência da vida compartilhada, efetivado pelas grandes transnacionais, pelos bancos, pelo Estado, pelo judiciário e protegido pelo arcabouço da comunicação privada.

Agradecemos por toda contribuição e esforço das organizações, redes, grupos, coletivos e pessoas que constroem a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e a Fundação Oswaldo Cruz pela parceria e realização deste curso. Seus desdobramentos são visíveis e, além de fornecer subsídios e argumentos para o combate aos agrotóxicos, colaboram para o desenvolvimento da agroecologia e fortalecimento da agricultura camponesa.

Referências bibliográficas

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: **fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Maureen Santos e Verena Glass, organizadoras. - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2018, p. 22

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA: **sobre a campanha**. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/>. Acesso em: 4 julho 2019.

FUHRMANN, Leonardo. **Mapa das Terras dos Parlamentares mostra que eles acumulam fazendas na Amazônia e no Matopiba** (2019). Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/12/mapa-das-terras-dos-parlamentares-mostra-que-congressistas-acumulam-fazendas-na-amazonia-e-no-matopiba/>. Acesso em: 4 julho 2019.

NAÇÕES UNIDAS: **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 4 julho 2019.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Emma Siliprandi. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p.81